



## **DESLOCAMENTOS DE PRÁTICAS E SABERES FEMINISTAS; INTERROGAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE ESTUDOS NORTE- AMERICANOS**

Lia Zanotta Machado<sup>1</sup>

Este texto nasce da experiência particular de meu deslocamento do campo feminista e do campo intelectual Brasileiro para os campos feminista e intelectual em Nova York, de setembro de 2009 a junho de 2010. Em Nova York, fui Professora Visitante de Columbia University vinculada ao Departamento de Antropologia e ao Instituto de Estudos Latino-Americanos<sup>2</sup>. Ofereci dois cursos de pós-graduação em 2010: “Brazilian Feminism and the International Agenda” e “Gender, Feminism and Cultural Diversity”. Participei intensamente, desde setembro de 2009, dos seminários oferecidos pelo “Institute for Research on Women and Gender” (IRWAG) da Columbia University, pelo grupo “Center for Gender and Sexuality Law” da Columbia Law School, e do Departamento de “Womens’ Studies” em Barnard College, mas também de seminários sobre gender and feminism na City University of New York (CUNY) e na New School. Ao final de minha estada, acompanhei a Conferência Anual 2010: “Strategic Imperatives for Ending Violence against Women” do “National Council for Research on Women”, organizada conjuntamente com o “United States Committee” do “United Nations Development Fund for Women” (UNIFEM).

A escolha e apresentação dos pontos de deslocamento do campo acadêmico de estudos feministas, de gênero e de pesquisas sobre mulheres, entre os debates no campo brasileiro e no campo estadunidense, não são nada mais que “achados etnográficos” circunscritos à forma particular em que me insiro no campo acadêmico brasileiro, como o vejo e vivencio e como me afetaram as formas e os modos de estudiosas norte-americanas interrogarem propostas políticas feministas internacionais, a partir de séries de Seminários em que estive presente de setembro de 2009 a junho de 2010 em Nova York e no Congresso da “Comparative and International Educational Society” realizado em Chicago, março de 2010.

As análises norteamericanas que se faziam à agenda internacional feminista nos centros de produção de estudos e pesquisas sobre mulheres, estudos de gênero e estudos feministas em Nova York, especialmente nos centros de Columbia University e Barnard, me chamaram imediatamente a

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Dra. em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade de São Paulo (USP), 1980, pós-doutora pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris. E-mail: [liazm@yahoo.com.br](mailto:liazm@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Programa Ruth Cardoso, instituído e apoiado pela CAPES/MEC/Brasil, Fullbright e Columbia University.



atenção para as diferenças de contexto cultural e político. As diferenças me aguçavam a curiosidade. Algumas críticas consistentes com debates brasileiros. Outras, fortemente marcadas pelo contexto estadunidense, dificilmente reconhecíveis, nos mesmos termos, nos debates brasileiros.

O ponto fundamental contrastivo me pareceu a recorrência ao uso da noção de “cultura ocidental”, em que o “nós ocidental” referido no par nós/outros, estava circunscrito a Estados Unidos, Canadá e a “Europa geograficamente ocidental” e os “outros” estavam fortemente referenciados aos “países do leste”, englobando Asia e África, mas, em que a noção de “outro”, na maioria das vezes, estava referida aos “países islâmicos”. Recorrente também era a crítica feita à agenda e às atividades do feminismo internacional, que estariam fortemente ancoradas na visão ocidental, de tal forma que estariam impondo a visão ocidental, especialmente a estadunidense, sobre as “culturas não ocidentais”.

Críticas feitas ao “universalismo feminista” e à falta de incorporação da diversidade cultural, étnica e de raça, à época clássica e pioneira dos feminismos dos anos setenta, não são novas, nem exclusivas do campo norteamericano. Estão presentes desde os anos oitenta e noventa tanto nas produções acadêmicas norte-americanas e brasileiras como também nas atividades feministas nos dois campos nacionais, pela respectiva proliferação e diversificação do campo das militantes feministas. As noções teóricas dos estudos pós-coloniais, dos estudos pós-modernos, as combinações entre as posições foucaultianas e as posições desconstrucionistas de Derrida, abrigaram muitas das críticas às noções universalistas. A ênfase na “diversidade” política das muitas vozes das feministas propiciou a incorporação e transformação das agendas nacionais e internacionais dos feminismos.

O que me pareceu estar configurando um deslocamento mais recente foram os diferentes impactos que a noção de “diversidade cultural” está tendo sobre o campo de estudos feministas nos Estados Unidos, se comparados ao brasileiro e latino-americano.

Na minha experiência presencial do campo intelectual estadunidense, a crítica à linguagem dos direitos humanos como linguagem “ocidental” aparecia fortemente tanto entre estudantes inscritos no meus dois cursos, estudantes presentes nos seminários, e entre pesquisadoras/es sêniores e juniores, na condição de palestrantes e de público. Uma desconfiança consolidada em que o “ocidente” estaria impondo de “cima para baixo” a proposta da formulação dos direitos humanos, assim como, dos direitos humanos das mulheres. O principal eixo da crítica se centrava na forte fundamentação dos direitos humanos como direitos individuais e liberais. O individualismo



era lido e entendido como característica do “ocidente” que estava sendo imposta a países e culturas “não ocidentais”. A crítica ao “ocidentalismo” dos direitos humanos parecia, em grande parte, tomar o lugar de crítica não somente às “formas de implementação e de uso político pelos países ocidentais das exigências de acatamento aos direitos humanos” como forma imperial de negociar. Atingia também a formulação mesma de conteúdos substantivos dos acordos internacionais e intergovernamentais realizados nas diversas instâncias, tratados e protocolos das Nações Unidas.

A idéia de um “novo feminismo” que rearticulasse as questões entre cultura, religião e feminismo, ficou especialmente clara na palestra de Saba Mahmood, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Berkeley oferecida em Seminário de Barnard College em Nova York, 2009, e na fala de Ann Russo, Professora Associada de *Women’s and Gender Studies* na Universidade DePaul durante a Sessão “Feminist Thought, Educational Policy and Gender FrameWorks” realizada no decorrer da “Comparative and International Educational Society 54th Annual Conference” realizada em Chicago, março de 2010.

*Críticas estadounidenses à agenda internacional feminista em nome da diversidade cultural e religiosa.*

Ann Russo enfatizou o uso da política internacional das agências e bancos de desenvolvimento da afirmação/crença corrente de que “a desigualdade de gênero é a causa da pobreza global e de que o empoderamento das mulheres é a solução”. Não pretendo dar conta de sua exposição. Aponto apenas as questões políticas que me pareceram configurar um deslocamento frente ao campo brasileiro. Ann Russo contestou não somente o funcionamento das agências e bancos de desenvolvimento, como o entendimento da mídia americana de que a desigualdade de gênero seria característica das “culturas outras”, aquelas dos países subdesenvolvidos. Propunha, em contrapartida, o reconhecimento de que a desigualdade de gênero fosse vista no contexto internacional do capitalismo global, na multitude de forças internacionais que configuram as diversas histórias das nações, as diferenças de poderes nos mais diversos locais e culturas, de tal forma que não seria sustentável qualquer idéia de que a desigualdade de gênero dos países subdesenvolvidos pudesse ser acusada de razão de não desenvolvimento e a proposta de empoderamento das mulheres usada para promover o desenvolvimento. O feminismo internacional ocidental não deveria se colocar ou se deixar colocar como afirmador de que os países subdesenvolvidos poderiam ser salvos pelo empoderamento das mulheres, e pelo combate à desigualdade de gênero. A contrário, dever-se-ia pensar e constituir-se um feminismo transnacional,



plural e múltiplo, capaz de criticar a complexidade dos poderes hegemônicos e dar lugar a pontos de vista ocidentais e não ocidentais, religiosos e não religiosos.

A Professora Saba Mahmood, foi apresentada ao público de sua palestra, pela instituição que a convidara, Barnard College, como participante de um “novo feminismo”. Embora sua fala tenha se centrado sobre mulheres palestinas, sinto-me mais confortável em apresentar sua posição a partir do seu texto escrito e publicado, *Politics of Piety*, a partir do qual se repensou como feminista. Mahmood (2005) analisa a participação das mulheres em um “movimento de devoção” em mesquitas no Cairo, movimento orientado, não em nome de uma política de identidade ou de reconhecimento, mas em nome de um “treino de sensibilidades éticas” para realizar uma “certa forma de vida virtuosa”. (Mahmood,2005). Afirma que os estudos focalizados em “Mulheres islâmicas” carregam o fardo do julgamento preconceituoso contra o islamismo, reforçado depois de 11 de setembro de 2001, especialmente porque

“...a questão da mulher tem sido chave para o desenvolvimento da crítica Ocidental, mesmo para escritores que expressam claramente visões antifeministas quando se fala sobre mulheres no Ocidente.” (Mahmood,2005,p.189) . Uma longa história do colonialismo sem dúvida assegurou essa essencial configuração : o colonialismo racionalizou a si mesmo na base da inferioridade das culturas não ocidentais, mais manifestas em seus costumes e práticas, das quais as mulheres nativas devem ser resgatadas através da agência da regra colonial”<sup>3</sup>.

O impacto de fazer a crítica das formas ideológicas ocidentais preconceituosas em relação às culturas/nações colonizadas, a leva a estabelecer uma distância crítica ao modo como estas idéias estão presentes nos projetos de modernização nas instituições financeiras internacionais, nas associações internacionais de direitos humanos e nas burocracias nacionais e locais. Em relação às propostas feministas internacionais de combate à violência contra a mulher , não sugere que não haja violência contra as mulheres, mas que esta afirmação tem um “caráter redutor que orchestra uma inteira cadeia de equivalências associadas ao Islã , que necessita ser questionada” (Mahmood, 2005, p.190 ). Sua proposta de ouvir densamente as mulheres do movimento de devoção nas mesquitas, parece responder à questão com a que se defrontou durante a pesquisa explicitada e recolocada ao leitor no epílogo:

“...minhas visões políticas podem trabalhar contra a responsabilidade que eu incorro pela destruição de formas de vida para que estas ‘não esclarecidas’ mulheres possam ser ensinadas a viver mais livremente ? Chego a compreender as formas de vida que eu quero tão apaixonadamente refazer ? Um íntimo conhecimento das formas de vidas distintas da minha poderia me levar a questionar a minha própria certeza sobre o que prescrevo como meio superior de vida para os outros ?”<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: the islamic revival and the feminist subject*. 1ª edição. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005, p. 189-190.

<sup>4</sup> MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: the islamic revival and the feminist subject*. 1ª edição. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005, p. 198.



Sua proposta para o renovado pensamento feminista solicita e interpela a “velha prática feminista de solidariedade”, que não mais esteja fundada nas linguagens de um nós feminista, progressista, liberalista ou islamista, mas que “*poderia somente inserir-se nas incertas, às vezes opacas condições de encontros inconfortáveis em toda a sua eventualidade*”. (Mahmood, 2005, p.199)

Palestras proferidas por Saba Mahmood e por Lila Abu-Lughod, professora antropóloga da Columbia University, em forma de “conversação pública” na cidade de São Francisco em 10 de fevereiro de 2009, e publicadas na internet<sup>5</sup>, permitem entender a transformação que operam nas formas de se abordar as questões do combate à violência contra as mulheres.

Saba Mahmood critica o uso da administração Bush do sofrimento das mulheres na declaração de guerra contra o Afeganistão. Em seguida conclui que “é crucial entender que qualquer tentativa de trazer mudança para o bem-estar do povo de cima para baixo tem usualmente produzido um desastre”.

Lila Bu-Lughod (2009) aponta a existência de mulheres islâmicas que se movimentam para os direitos das mulheres em seus países:

“Há muitos esforços nos países muçulmanos para buscar como a ‘Convenção (das Nações Unidas) para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres’ (CEDAW), a Shária e a Lei islâmica, possam trabalhar em conjunto. Muitas mulheres educadas e cosmopolitas muçulmanas estão abertas para uma espécie de ‘feminismo baseado na fé’.”<sup>6</sup>

Um destes movimentos é denominado ‘Mossawa’ que significa ‘igualdade’. O esforço é para repensar o que o Islã significa e defender uma forma mais esclarecida de interpretação, pois como “muçulmanas e cidadãs querem justiça na família”. Outro é o movimento do Conselho Consultor das Mulheres Muçulmanas da Sociedade Americana para o Avanço das Mulheres Muçulmanas, que também propõe a reconciliação dos direitos das mulheres e da Sharia. Abu-lughod entende que “nós devemos trabalhar a partir da tradição, trabalhar de dentro e transformar”.

Se Mahmood propõe a atenção para a agência das mulheres que se movimentam fora do contexto articulável com qualquer princípio individualista e de política identitária, Abu-Lughod estabelece empiricamente o que entende como um feminismo baseado na fé e que partir, da tradição cultural é possível. Aqui Abu-Lughod não se distancia do debate feminista e acadêmico brasileiro de que é possível uma ressignificação dos direitos das mulheres advinda da articulação entre valores de tradições culturais não liberais e não seculares. Mas apresenta sua distância, quando

<sup>5</sup> ABU- LUGHOD, Lila and MAHMOOD, Saba “Gender, Islam and the West. Do Muslim Women want rights? February, 10, 2009. <http://ies.berkeley.edu/ssrc/labulughodsmahmood.html>

<sup>6</sup> ABU- LUGHOD, Lila in ABU-LUGHOD and MAHMOOD, Saba “Gender, Islam and the West. Do Muslim Women want rights? February, 10, 2009. <http://ies.berkeley.edu/ssrc/labulughodsmahmood.html>



é acerba na crítica ao modo como percebe a agenda internacional feminista referida à violência contra as mulheres muçulmanas. Considera esta agenda marcadamente “ocidental”, depreciadora e inferiorizadora do mundo islâmico.

Refere-se, entre outras, à “Campanha Global para acabar o Apedrejamento e o Assassinato de Mulheres”, realizada em 2007 pelas Mulheres Vivendo sob a Lei Muçulmana (Women Living Under Muslim Law). A Campanha justifica esta ação porque “é preciso combater a tendência de legitimação cultural e religiosa da religiosa violência contra as mulheres”<sup>7</sup>. Abu-Lughod critica

“...o aspecto restritivo da Campanha que combate apenas alguns tipos de violência contra as mulheres : a violência pelos regimes muçulmanos locais, pelos Islamitas e pelas famílias. Não combate todas as formas de violência contra as mulheres. (...) O que está faltando é a incrível violência contra as mulheres infringida pela guerra (...) Onde está a campanha feminista para estas mulheres? Por matarem estas mulheres ? Por matarem seus familiares amados? Por feri-las e ferir seus familiares amados ? (...) Por que o apedrejamento das mulheres-que acontece em alguns lugares uma vez a cada muitos anos em uma parte do mundo está na ordem do dia e não a violência infringida pela guerra ?”<sup>8</sup>

Lughod propõe uma reinversão da hierarquia da pauta feminista contra a violência. Na agenda internacional foi estabelecida a afirmação englobante do combate à violência de gênero, onde a violência contra as mulheres nos conflitos de guerra tem papel destacado, mas é subsumida à mensagem de que há uma forma de violência que atinge as mulheres em função de seu gênero. Abu-Lughod critica a excessiva ênfase na violência de gênero e propõe a ênfase política crítica contra a violência da guerra ocidental contra os países islâmicos que é, ao mesmo tempo, guerra de armas e imposição de discriminação cultural.

No mesmo tom, mas referindo-se à comparação entre os modos americanos de se tratar violência contra as mulheres nos Estados Unidos e nos países islâmicos, Saba Mahmood enfatiza criticamente a atribuição da característica cultural como causa e razão dos assassinatos das mulheres nos países muçulmanos, enquanto “em casa”, nos Estados Unidos”, se entende a violência doméstica como uma questão individual, patológica ou passional. Indaga “por que os ‘assassinatos por honra’ (honor killings) se tornaram um crime identificável enquanto a ‘violência íntima’, os chamados ‘crimes passionais’, não. Lembra “que são crimes comparáveis, mas um é associado com cultura e o outro com indivíduos, o que não faz nenhum sentido.”<sup>9</sup>

Nesta conversação pública de Mahmood e Abu-lughod foi enfatizado que a proposta feminista de combate aos “honour killings” (crimes em nome da honra) é usada como uma forma

<sup>7</sup> <http://www.wluml.org/english/index.shtml>.

<sup>8</sup> ABU- LUGHOD, Lila in ABU-LUGHOD and MAHMOOD, Saba “Gender, Islam and the West. Do Muslim Women want rights? February, 10, 2009. <http://ies.berkeley.edu/ssrc/labulughodsmahmood.html>

<sup>9</sup> MAHMOOD, Saba in ABU-LUGHOD and MAHMOOD, Saba “Gender, Islam and the West. Do Muslim Women want rights? February, 10, 2009. <http://ies.berkeley.edu/ssrc/labulughodsmahmood.html>



“ocidental” de desconsideração das culturas dos países não ocidentais, em particular, países do leste e países islâmicos. Foi mostrada a íntima conexão entre a crítica “ocidental” ao uso da “burka” e aos “honour killings” e a utilização do governo Bush de justificar a guerra contra o Afeganistão, como uma forma de “salvar as mulheres afegãs” e outorgar-lhes direitos.

Em lugar da ênfase ao combate aos “honour killings”, foi proposta a ênfase ao combate aos “war killings”, ou seja, dar visibilidade aos efeitos trágicos da guerra americana e ocidental contra as populações civis dos países islâmicos, especialmente, mulheres e crianças, que, além de serem diretamente atingidas, sofriam e viam seus maridos e filhos sofrerem e morrerem. Por que a mídia, o governo e as feministas tão pouca atenção davam aos sofrimentos impostos às mulheres pelas guerras, e somente falavam do “horror” da “cultura dos crimes de honra”? Enfatizar as mulheres de “outras culturas” como vítimas de violência impediria ainda a percepção da autonomia das mulheres dos países não ocidentais.

*O dualismo revivido da crítica feminista americana ao dualismo de nós/outros na linguagem dos direitos humanos, da violência e do feminismo.*

Deparava-me assim com um dilema e um problema. O meu deslocamento do contexto político brasileiro para o estadunidense parecia ter propiciado com mais clareza a percepção do deslocamento da pauta internacional da agenda feminista comparando-se o campo estadunidense e o campo brasileiro e latinoamericano.

No Brasil, faz-se muito mais facilmente nos meios feministas acadêmicos e militantes, a crítica à nomeação dos assassinatos de mulheres como crimes passionais, crimes íntimos ou patologias individuais e não à nomeação de seu caráter cultural. Quando se usa a noção de cultura da violência ou se reconhece que a noção de “honra familiar relacional” (Machado, 2010) é um valor cultural enraizado, não pensamos que politicamente, estaríamos incorrendo numa depreciação de toda uma cultura nacional ou local. Insistimos as feministas e intelectuais que estamos diante de uma modalidade social relacional que devemos combater, (ou que pode ser combatida) da noção de honra que devemos superar, (ou que pode ser superada) sem que se instaure qualquer “vazio ou destruição cultural”. Reconhecem as teóricas feministas as agências individuais nos atos de violência e a inserção destas “razões individuais” em regras sociais consolidadas porque simbólica, social e juridicamente foram e ainda são consideradas legítimas.

Teoricamente a noção de relações de gênero, relações étnicas e relações raciais, fazem efeitos na capacidade de apontar as formas genderizadas de violências e suas articulações com as



violências racializadas e diferenciadas segundo orientações sexuais que se realizam mundialmente entre as formas de violência contemporânea dos poderes da colonialidade e da pós-colonialidade. Não nos parece caber assim utilizar o dualismo: individualistas ocidentais liberais versus outros membros de culturas totalizantes não liberais e não individualistas. (Onde estaríamos “nós”?)

Minha imersão no contexto político-cultural estadunidense me fez defrontar com a premência de parte da crítica de esquerda progressista interna norte-americana ter como foco os modos imperiais norte-americanos. A linguagem dos direitos humanos das mulheres foi confundida como imposição ocidental. A prioridade da crítica política foi dada à defesa da diversidade cultural. Em segundo plano, o combate à desigualdade de gênero, desde que impulsionado pelas mulheres locais. Como se fosse possível, no mundo globalizado, uma certa “movimentação exclusiva” de caráter nacional.

Enfatizo os efeitos dos contextos políticos americanos nos debates feministas como efeitos “locais”, em que o “local” é depreendido diretamente da reflexão sobre a posição hegemônica americana nas relações globais. O contexto político imperial dos Estados Unidos e o contexto político recente de guerra simbólica e por armas em relação aos países do leste, como Iraque, Afeganistão e Irã, propiciou e produziu uma enorme diferença nas posições de sujeitos feministas acadêmicos estadunidenses e nos seus debates internos e internacionais. As organizações feministas nacionais e internacionais de base norte-americana mantêm a centralidade da condução da política internacional feminista, e os centros de produção intelectual de estudos feministas criaram espaço para a formulação crítica contra a agenda internacional sustentada pelas mesmas feministas americanas.

Enquanto nos campos intelectuais de estudos feministas e de gênero, brasileiro e latino-americano (Segato, 2004 e Machado, 2010), a crítica ao universalismo presente na linguagem dos direitos humanos e do feminismo, parece buscar as ressignificações, as ressonâncias, as interpretações e traduções para que a linguagem dos direitos humanos e do feminismo seja mantida, resguardando, no que for possível o respeito às diversidades culturais\_ retomando questões postas nos anos noventa por An-Na'im(1991) e Wilson (1997)\_ o campo estadunidense me pareceu podendo abrigar uma distinta forma de lidar com a diversidade cultural. Aí é a linguagem dos direitos humanos e a linguagem feminista que devem se ressignificar para manter o respeito à diversidade cultural.

Butler (2004) fazendo a crítica ao pensamento ocidental contido na idéia de universalidade, não se atém fortemente ao dualismo ocidente e oriente, nem atribui um lugar secundário às lutas



feministas, “queer” e homossexuais contra a violência. Busca alternativamente a idéia de uma procura da “commonness” de uma desejada “liveable life”, entendida como uma vida vivível dignamente e sem violência. Conversando com Spivack (1995), propõe, insinua, alude a uma possibilidade de tornar a idéia de “liveable life”, ainda muito ocidental, articulada ou substituída pela idéia não ocidental de uma “sacred life”.O “novo feminismo” global e transnacional que pudesse incorporar as mais diversas culturas e religiões parece fazer sentido também a partir das considerações de Butler.

Acostumada a respeitar a liberdade religiosa, mas a combater qualquer relação privilegiada de uma religião com o poder de estado, perguntava-me: o que fazer diante das forças antifeministas por parte de institucionalizações religiosas e laicas conservadoras ?

A crítica americana a linguagem internacional dos direitos humanos parece-me se reverter numa quase naturalização da impossibilidade de conversação e de negociação plural na instituição desses direitos. O risco é esquecer as propostas contínuas das lutas subalternas de mulheres, homossexuais e anti-racistas dos mundos não hegemônicos, como os latino-americanos, na elaboração, tradução e sustentação da noção de direitos humanos e da positividade dos efeitos das articulações e tratados acordados internacionalmente.

De outro lado, mais atenção crítica nos países latinoamericanos poderia ser dada aos modos de implemetação da agenda internacional feminista que também se situa na complexidade da condensação de forças que operam não só horizontal, mas verticalmente.

### *Bibliografia*

ABU- LUGHOD, Lila and MAHMOOD, Saba. “Gender, Islam and the West. Do Muslim Women want rights?” February, 10, 2009. Disponível em: <http://ies.berkeley.edu/ssrc/labulughodsmahmood.html> Acesso em janeiro,2010, New York.

AN-NA’IM, Abdullahi (ed.). *Human Rights in Cross- Cultural Perspective: A quest for consensus*. 1ª edição. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press, 1991

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. 1ª edição. New York and Abington:Routledge, 2004, 273pp.

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em Movimento*. 1ª edição. São Paulo: Editora Francis, 2010, 188pp.

MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: the islamic revival and the feminist subject*. 1ª edição. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2005, 210pp.

RUSSO, Ann. “Feminist Thought, Educational Policy and Gender Frameworks” (Abstract) In *2010 Gender and Education Symposium:Reimagining Gender and Education*, Chicago: CIES, march 2, 2010.



SEGATO, Rita Laura. “Antropología y derechos humanos: alteridad y ética en el movimiento de los derechos universales”. Série Antropologia, Brasília, n.356, 2004. número, mês ano. Paginação ou indicação de tamanho.

SPIVAK, Gayatri. “Afterword” (pp.197-205) in DEVI, Mahasweta. *Imaginary Maps*. New York and London: Routledge, 1995, 213pp.

WILSON, Richard. *Human Rights, Culture and Context. Anthropological perspectives*. 1ª edição. London: Chicago Press, 1997.